
CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

Jorge Borges de Macedo

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

6 — *Comparações sincrónicas e diacrónicas*

Comparemos a posição internacional portuguesa assumida no decurso da Guerra da Sucessão de Espanha com as que se inserem no decurso da crise de 1383-1385, quando da perda da independência em 1580 ou da Restauração, em 1640, para só referirmos as que conduziram a situações relativamente estáveis. Embora, desde já, possa dizer-se que a posição portuguesa no início do século XVIII se aproxima mais da que caracterizou o período em que se desenrolaram os acontecimentos da crise nacional dos fins do século XIV, não deixa de ter interesse cotejá-la com a situação que levou à perda da independência, em 1580, ou à libertação, em 1640. Verifiquemos a primeira convergência.

Tanto na Guerra da Sucessão de Espanha, como na Guerra dos Cem Anos, Portugal defrontava uma Espanha, ou Castela, aliada com a França, numa luta que se integrava num âmbito mais vasto. Mas, reciprocamente, também é significativo que Portugal se encontrasse aliado à mesma potência — a Inglaterra ou a Grã-Bretanha — em ambas as situações. A via de contacto neste último caso era a mesma (o oceano), assim como era a mesma a área de confronto mais directo (a fronteira terrestre). Mas há diferenças fundamentais. No século XIV, a função do oceano Atlântico, embora ponderada era subsidiária para a movimentação das forças militares e navais, ou para o transporte dos produtos de diferentes regiões europeias. Nos séculos XVII e XVIII, como se viu, o oceano Atlântico constituía uma realidade essencial, tanto estratégica, como económica; transformara-se numa via de difusão demográfica, além de área de curso; já fornecia até algumas facilidades de bloqueio. Nesta altura, começava a não se

vislumbrar solução para a crise europeia sem que estivessem envolvidas garantias para o escoamento pelo tráfego com a Ásia, as Américas e a África, dos excedentes europeus ou sem que fossem asseguradas relações permanentes com os núcleos de população europeia ou europeizada aí estabelecidos. Um número considerável de habitantes, pelo seu número e influência, trabalhava neste intercâmbio, levado a efeito, sobretudo, por via marítima, utilizando todos os oceanos.

O mercado das populações fixadas em diferentes regiões extra-europeias tinha-se tornado indispensável à prosperidade geral: e o oceano Atlântico era, a esse respeito, predominante. Da influência costeira que tinha em fins do século XIV, passara a uma dimensão económica e a um significado, como área, tanto mais expressivo quanto é verdade que, nesta altura de baixa, só com novos consumos e novos abastecimentos os excedentes europeus se podiam valorizar. E esses novos consumos e novos abastecimentos só podiam ser levados a efeito através daquele oceano. Desse espaço estratégico, cujo delineamento foi iniciado no século XV, pelos portugueses, as potências marítimas, em especial a Grã-Bretanha e a Holanda, procuravam extrair recursos fundamentais para as suas tentativas de influência continental europeia que, decerto, continuava a ser a área decisiva como produção e como mercado. Mas já não bastava. Por sua vez, a França e a Espanha procuravam, pelo acréscimo do poder marítimo, enfrentar a ameaça que aquelas outras potências poderiam levantar à sua hegemonia continental. Caso o conseguissem, essa hegemonia exercer-se-ia sem quaisquer limites, uma vez que, pelos seus recursos militares e políticos, tinham assegurada uma presença insofismável em qualquer região europeia ocidental.

Um terceiro grupo de potências, encabeçado pela Áustria, fazia face à influência francesa na Europa Central mas dispunha de muito limitadas possibilidades de intervenção marítima. Mas podia ser, deste modo, o complemento dos recursos marítimos da Grã-Bretanha e da Holanda e estas podiam completar, naquela área específica e essencial, a posição continental austríaca. Nestes termos, a viabilidade estratégica e de pressão política da Grã-Bretanha, Holanda e Áustria tornavam-se excepcionais quando exercidas em conjunto. Só que a aliança França-Espanha tinha uma incidência potencial sobre a metrópole portuguesa extraordinariamente relevante e imediata. Todos o sabiam.

A França e a Espanha dispunham daquelas duas formas de pressão simultânea — a marítima e a terrestre — e estavam na disposição de criar uma aliança dinástica, muito mais duradoura, portanto, do que coligações precárias. Em contrapartida, afinal, como ambas partilhavam dessas duas formas de pressão, tinham também interesses específicos com possibilidades de colisão muito mais fortes. Foi o que veio a verificar-se, pouco depois do Tratado de Utrecht, quando a Espanha tentou recuperar a sua capacidade de intervenção autónoma e a exerceu na Itália com a oposição militar da França, já então aliada à Grã-Bretanha. Portanto, outro aspecto em em que a situação portuguesa de finais do século XVII princípio do XVIII diferia da que se tinha desenvolvido no século XIV: enquanto Portugal, neste último caso, era tão-só aliado da Inglaterra, no século XVIII fazia parte de uma coligação complexa, com potências de índole muito variada e interesses dispersos, onde a única unidade era a de não quererem a hegemonia francesa ligada à espanhola. A Áustria considerava que a hegemonia francesa a Ocidente ajudaria Luís XIV, nos seus projectos de intervenção em território alemão. Sabóia receava ser integrada na França; a Holanda temia estar rodeada por territórios de influência e definição continental, transferindo para a França as suas capacidades marítimas. A Grã-Bretanha enfrentava a concorrência francesa no oceano e na América do Norte e procurava, além disso, evitar uma interferência no mercado europeu que lhe permitisse dominá-lo. Portugal fazia tudo para não ser de novo integrado na Espanha, com o reaparecimento das possibilidades de unificação peninsular, com todas as consequências para a sua existência como Estado independente, em todos os domínios. E finalmente, enquanto se desenvolviam estas perspectivas, manifestavam-se a oriente da Europa, novos Estados e novos interesses — as regiões bálticas, polaca e russa — numa dimensão e viabilidade de interferência que, no século XIV, não tinha qualquer relevo.

O essencial era que, no plano marítimo, do século XV para o século XVIII, os oceanos tinham deixado de ser superfícies indiscriminadas para tomarem finalidade estratégica concreta, com uma dimensão onde os portos, as rotas, as zonas de abastecimento e de consumo, por onde se podiam conduzir tropas, mercadorias, riquezas e cultura tinham passado a ter presença na vida quotidiana da Europa. Estes elementos basilares passaram a pesar, no século XVIII, de um modo insofismável, não tanto já pela dinâmica inicial das descobertas mas pelas perspectivas

e estímulos de desenvolvimento que vieram inserir nas potencialidades internas da Europa. E embora a posse dos oceanos não fosse ainda decisiva, dispunha já de uma capacidade indiscutível para determinar as dimensões em que a hegemonia europeia podia ter significado. Por outro lado, enquanto no século XIV as posições militares eram essenciais à sobrevivência francesa, na luta com os ingleses instalados no seu território, no século XVIII o envolvimento de Portugal na luta resultava, sobretudo, de um projecto hegemónico de Luís XIV, que causava receio em toda a Europa. A resistência nacional portuguesa no século XIV era relativamente marginal à Guerra dos Cem Anos e de mera segurança local. No século XVIII dizia respeito à segurança europeia e ao domínio das rotas. Finalmente, enquanto no século XIV Portugal lutava contra uma Castela, numa península onde havia o reino de Aragão, os mouros e fronteiras militares no próprio interior da Península, no século XVIII enfrentava a Espanha unificada, apoiada na retaguarda pela França. Esta última pretendia ainda que a Espanha se sentisse compensada por Portugal, para os territórios que iria perder em benefício da própria França.

Se compararmos, agora, a situação portuguesa em 1700 com a que decorria em 1580, verificamos que, nesta altura da Guerra da Sucessão de Espanha, Portugal não tinha qualquer problema sucessório significativo, tanto mais que as cortes reunidas em 1697, expressamente para esse fim, estabeleceram claramente que a sucessão da coroa pertencia à pessoa do príncipe D. João. O acto público destas cortes, de outro modo insólito, tem pois significado internacional, mais do que nacional. Pelas suas determinações, desapareciam quaisquer possibilidades de provar, através da sucessão ao trono e da sua legitimidade⁽¹⁾, uma crise de regime, que pudesse ser internacionalmente aproveitada, como sucedeu em 1580.

No que se refere ao domínio marítimo possível da costa portuguesa (decisivo em 1580) por parte de uma coligação Espanha-França, embora fosse efectivo não tinha, em 1700, possibilidade de se desenhar com um carácter tão dominante como se revelara em 1580, nem tinha possibilidade de se exercer só sobre Portugal. A verificar-se essa hegemonia marítima franco-espanhola na costa portuguesa, tanto se dirigia a Portugal como

(1) Problema que, com a conspiração a favor de D. Afonso VI — e tão mal estudada ainda — tinha sido posto em 1672; portanto não tão tarde como isso.

à Holanda ou à Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, devem acrescentar-se todas as dificuldades tecnológicas que, na altura, apresentava a junção das forças navais, mesmo quando dispunham de comando unificado. A força particular de cada uma destas potências marítimas tornava-se decisiva para a resistência comum, mas a sua unificação tinha limites difíceis de ultrapassar, razão por que as possessões portuguesas tinham um interesse estratégico decisivo.

Em 1700, apesar dos riscos que podia reear da Guerra da Sucessão de Espanha e da sua solução no sentido de uma dinastia Bourbon, Portugal não estava isolado, como tinha sucedido em 1580, assim como não era a única Nação a estar sujeita à ameaça de um poderio continental e marítimo exercido pela hegemonia da França apoiada pela Espanha.

Numa Europa muito mais alargada, a solidariedade das regiões criou à França uma retaguarda estrategicamente sensível, pelo que a diversidade dos teatros de operações dá uma imagem completamente diversa do que se verificava em 1580, onde era possível conceber e levar a efeito a concentração de forças para uma actuação simultânea. Foi dessa aplicação concentrada das forças espanholas ou da possibilidade dela se verificar que Portugal foi vítima e perdeu a independência: tanto por mar como por terra, como se disse atrás, Portugal, em 1580 tinha, na sua «fronteira», o mesmo país, a Espanha. Em 1700, a fronteira terrestre continuava espanhola, agravada pelo auxílio francês, mas a área marítima oferecia alternativas que Portugal não desprezou. E as áreas continentais sensíveis eram muito mais variadas.

Se passarmos à comparação com 1640, logo verificamos que Portugal se encontrava, durante a Guerra da Restauração, sem protocolo de Estado independente, enquanto em 1700 dispunha de ligações directas e oficiais, como país independente, com outros estados; em 1703 acabou por aderir à coligação oposta à França-Espanha, dispondo de recursos para decidir das suas próprias posições e intervir nas negociações. Todo o problema estava, em 1703-1711, em ser capaz de definir os seus interesses políticos, com a mesma cautela que revelara em 1640, sem se imiscuir nas áreas de decisão da Europa Central, só se mantendo activo, mas não isolado, nessa zona peninsular e marítima onde o seu papel podia ter significado. Por outro lado, em 1703-1711, era impossível à França-Espanha tentar o cerco económico a Portugal, assim como se não podia promover a ocupação

militar sem suscitar reacções imediatas, por parte das potências marítimas que, em caso algum, podiam admitir a perda do apoio dos portos de que Portugal dispunha.

Importa ainda chamar a atenção que, no conjunto, a região ocidental da Península Ibérica que constitui o território português, só começa a constiuir uma ameaça para a Espanha quando as potenciais tropas invasoras conseguem atingir a Meseta em boas condições e aí dispõem de recursos e de abastecimentos para atravessar, em força, a extensa área castelhana e atingir os centros políticos mais importantes, Madrid em especial. É muito mais fácil chegar a áreas essenciais portuguesas, vindo da Espanha, do que atingir os grandes centros espanhóis, partindo de Portugal. Esta realidade geoestratégica mais uma vez se revelou claramente, embora fosse bem conhecida desde Valverde, Toro e a Guerra da Restauração. Assim se explica que, mais uma vez, nos primeiros anos da guerra, se não tivessem verificado na fronteira portuguesa encontros militares de importância. A Espanha e a França tinham, muito naturalmente, os seus recursos militares essenciais voltados para a decisão militar da guerra na Europa Central ou na Itália. O papel de Portugal, interessante como base territorial de apoio, pelos portos de mar e modo de presença política em Espanha, não tinha dimensão estratégica para impor qualquer decisão militar. Nem mesmo em 1708 as operações militares realizadas a ocidente da Península revestiram carácter significativo. A fronteira portuguesa para a Espanha e a França foi sempre, tão-só, uma área de diversão. O facto era bem sabido, e as diligências de alguns responsáveis portugueses para aumentar o auxílio militar inglês a Portugal, no início do reinado de D. João V, estavam irremediavelmente condenadas ao malogro. O essencial, porém, era evitar que os compromissos solicitados, para o envio do auxílio de tropas terrestres para fazer uma campanha da Meseta, necessariamente secundária, se alargassem à «protecção» das frotas portuguesas vindas do Brasil. Em vista disso, D. João V recusou inteiramente a «cobertura naval» oferecida pelo governo inglês: Portugal aceitava os riscos de uma campanha continental para garantir as suas rotas e a fronteira terrestre, não para as comprometer (1708).

Houve, além disso, um outro fenómeno proveniente da Guerra da Sucessão de Espanha e que marcou profundamente a vida portuguesa, trazendo, à memória nacional, a experiência das guerras de D. Fernando, no século XIV, e das campanhas da Restauração: soldados estrangeiros em

território português, nem como aliados interessam. As despesas que acarretam, os incómodos que envolvem, os conflitos que geram quase não permitem distinguir os amigos dos inimigos. Portugal, ao ter de suportar os soldados ingleses, ou do arquiduque Carlos, retomou a consciência da inestimável importância da independência política e verificou que esta se mede essencialmente pela capacidade de serem os portugueses a assegurar a defesa do território nacional, sem interferência de qualquer outra potência: ou os portugueses são capazes de assegurar a sua defesa ou desapparece uma das maiores vantagens da independência política. A ausência de tropas estrangeiras em Portugal é vivida como essencial à independência do seu limitado território continental.

No contexto europeu continuava, pois, a pôr-se, como profundamente desejável para os pequenos estados a independência política. Problema era a sua manutenção. A França, durante o século XVII, tinha aglutinado ao seu corpo continental diversas nações, estados potenciais à espera da oportunidade que não veio e tentara submeter outros; a Espanha tinha conseguido retirar viabilidade à independência da Catalunha, enquanto a Áustria integrava no seu império, em modalidades hábeis, diversos estados menores, e a Turquia tinha disposto outros na esquadria estratégica do seu corpo islâmico, despojando-os de recursos políticos e militares: o que isso significava, em subserviência social, cultural e religiosa (onde tudo confluía) era notório na Europa e constituía um incitamento para pensar no efectivo alcance da categoria de estado; a Escócia e a Irlanda não passavam de áreas orgulhosas mas de autonomia tutelada, enquanto a Alemanha continuava desmantelada em pequenas unidades que desfibravam a força do seu nacionalismo cultural e o entregavam às vantagens tácticas dos vizinhos.

Em suma, no princípio do século XVIII, os pequenos estados existentes defendiam-se contra a chamada para o interior de unidades políticas maiores, mas nem sempre percebiam que, para o conseguir, não podiam só contar com a força militar e de armamento. Importava serem capazes de verter o seu nacionalismo indispensável em fórmulas de sobrevivência com ressonância supranacional de modo a suscitar compromissos de apoio: não é independente quem quer mas só quem pode. Para isso, é indispensável a capacidade dirigente do seu escol que, na arena internacional, se avalia, sobretudo, quando os seus responsáveis ou delegados

conseguem ladear os perigos internos e externos e encontrar meios e aliados convenientes para equilibrar amigos e inimigos, resistindo a uns e a outros, para impor a sua vontade nacional.

A nova definição, o esclarecimento destas condições ou viabilidades foram levados a efeito ao longo dos 12 longos anos da Guerra da Sucessão de Espanha e dos seus imediatos antecedentes. Por seu turno, esses mesmos anos assistiram, em Portugal, à consolidação da aliança inglesa, como escolha natural e ponderada em face das diversas opções conjunturais. De novo, a aliança inglesa se revelava mais útil quando não era um imperativo geográfico mas sim um cálculo ponderado de razões, indispensável para contrariar hegemonias continentais de intenção imperial.

Em suma, em face das diferentes possibilidades presentes à governação, quem decide só pode ser o interesse nacional que pondera a viabilidade internacional das alianças e a capacidade da Nação para as tornar exequíveis. Mas sem que esta capacidade dos responsáveis exista, nada é seguro, quaisquer que sejam as alianças e os seus compromissos.

7 — *Negócios, alianças e rotas*

Enquanto se desenrolavam estes dramas hegemónistas e se desenvolviam as viabilidades estratégicas consagradas em actos fundamentais decorrentes da aliança da França com a Espanha, a situação portuguesa reforçava-se numa dimensão cada vez mais atlântica, tanto no domínio económico, como nas vantagens que podia fornecer aos aliados. Na verdade, a crise económica que se seguiu ao tratado de paz com a Espanha, em 1668, acabou por ser enfrentada pelo aumento da produção vinícola de especialidade, pelo melhoramento da produção de tecidos portugueses e pela valorização dos «géneros» coloniais. Sucessos lentos. A situação económica deixou de se tornar alarmante, pois, em rigor, a área verdadeiramente deficitária só era Lisboa. E, assim, o vinho do Porto cuja produção se regularizou, em crescimento, a partir da década de 1670, veio, em grande parte, resolver a crise do Norte do País. Em Lisboa os problemas atenuaram-se com o aumento da carga fiscal para aí canalizada, pelo aumento das importações de artigos brasileiros e pela manutenção dos interesses orientais. Por sua vez, a baixa de preços dos cereais nas zonas

abastecedoras de Lisboa e a valorização dos produtos próprios, que aí se podiam obter, tanto regionais (sal, citrinos, vinho), como coloniais (couros, tabaco, açúcar, madeira), melhoraram as disponibilidades financeiras nacionais.

Ao mesmo tempo, ao fim de longos anos de procura, descobriam-se, no Brasil, grandes minas de ouro, chegando a Lisboa, por volta de 1697, as primeiras remessas. O acontecimento teve considerável importância na vida portuguesa e não deixou de se reflectir nas próprias relações internacionais. Deste modo, para além da sua produção, Portugal tornava-se um lugar onde se podia obter, em excelentes condições, ouro, o meio de pagamento de maior prestígio. Para tanto, bastava dispor de fornecimentos que não envolviam muita especialização nem tinham grande espera para pagamento: eram os produtos alimentares, precisamente aqueles que estavam em baixa na Europa e que tinham em Lisboa um valor muito superior ao que por eles se pagava noutras áreas ou regiões.

Desta maneira, Lisboa, para além de ser um porto de grande capacidade e segurança, tornou-se também um mercado de excepcional interesse comercial. Os interesses económicos que aí se fixavam tinham um papel decisivo na vida nacional. Nas opções lisboetas, o comércio internacional tinha uma influência muito superior às propostas políticas e dinásticas e a Grã-Bretanha oferecia, a esse respeito, muito mais vantagens do que a França ou a Espanha. Por outro lado, a aproximação que, através das alterações dinásticas, os franceses podiam ter relativamente às possessões espanholas da América do Sul e do Brasil era muito mais ameaçador para Portugal do que a própria situação na Península Ibérica. A segurança das rotas para o Brasil ou a Índia voltou assim a ter incidência decisiva na definição geral da política externa portuguesa.

Não deve concluir-se daqui que só contavam os interesses marítimos e coloniais, mas importa considerar que a política externa portuguesa envolvia duas faces que podiam estar em conflito. O problema básico para o governo português era encontrar a confluência entre os interesses continentais e os ultramarinos. Mas quando houvesse confronto, a defesa das linhas de tráfego e do comércio português acabaria por predominar.

Verdadeiramente, o território português peninsular representava a confluência dessas linhas de tráfego e a expressão política, cultural e administrativa de uma unidade intercontinental, assim como da própria unidade

brasileira. Importa salientar que, nos fins do século XVII não tem sentido falar só em Portugal continental. Portugal *está* na Península e na Europa mas os seus interesses estão também na Índia, na China, no Brasil e em África. Portugal continental é a confluência centrada de todos esses interesses. A participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha não pode desligar-se destas condições e exigências.

Assim, depressa se verificou, ao cabo de algumas hesitações, na corte de Lisboa, que os interesses representados pela união da Espanha com a França por meio de uma dinastia comum (embora o rei não fosse o mesmo) tinham muito pouco de tranquilizadores tanto para a fronteira peninsular como para a defesa das rotas e do tráfego comercial português, podendo até ameaçar o próprio Brasil. Mais, os interesses comerciais estavam bem definidos. A Inglaterra já consumia quantidades consideráveis de vinho do Porto; a Holanda já fornecia quantidades importantes de cereais e outros produtos alimentares; muitos navios daqueles países há muito que se abasteciam em portos portugueses, antes de se dirigirem às grandes viagens para o Oriente, a costa de África e o Novo Mundo. Inicialmente compreensivo para a subida ao trono de Espanha de um rei Bourbon, Portugal depressa alterou a sua posição e passou a favorecer a *Grande Aliança*. O partido «francês», sem desaparecer, perdeu alcance político na opinião pública, da Corte, como dentre outros responsáveis.

Esta alteração da atitude portuguesa em relação à *Grande Aliança* foi acompanhada pela mútua concessão de compensações, sendo anulados os compromissos assumidos por Pedro II de Portugal, para com o candidato apoiado pela França. Todo um novo conjunto de medidas aceites pela *Grande Aliança* tendia a favorecer os interesses marítimos e comerciais de Portugal, em troca das vantagens comerciais, políticas e estratégicas que ele mesmo representava. É neste contexto que se inserem os tratados de Methuen, um de natureza política e diplomática, outro comercial, mas complementares, na intenção de reter Portugal do lado do bloco onde confluíam, entre outros, a Holanda e a Grã-Bretanha, sendo esta última potência a mais representativa.

O primeiro tratado foi assinado a 16 de Maio de 1703, como uma aliança ofensiva e defensiva com a Grã-Bretanha, a Áustria e a Holanda. Entre outras condições, ficava autorizada a estada, em Portugal, de 15 000 soldados estrangeiros, estipulando-se que, com a paz, seriam entregues a

Portugal os territórios controversos da foz do Amazonas, assim como os territórios da margem norte do Prata. Ao mesmo tempo, Portugal libertava-se da hipoteca do sal de Setúbal tomada pelos holandeses, estabelecendo uma indemnização aceitável para estes últimos. Mais tarde, a 27 de Dezembro do mesmo ano, foi assinado um outro tratado, desta vez exclusivamente entre Portugal e a Inglaterra que estabelecia vantagens para os tecidos de lã ingleses em Portugal, a troco de outros benefícios para os vinhos do Porto, em Inglaterra.

Este é o célebre Tratado de Methuen, ou da Rainha Ana, muito discutido, sobretudo à luz de condições que não eram as que mais pesavam no tempo em que foi assinado. Estabelecido em situação de baixa de consumo agrícola e de preços, trouxe para Portugal uma posição privilegiada no comércio do vinho em Londres, assegurando-lhe um mercado, o que era importante, dado que Portugal, sem essa garantia, não dispunha de grandes recursos para o investimento a médio prazo a que a vinicultura obriga. Portanto, a certeza do escoamento da produção não podia deixar de ter grande interesse para Portugal: pelo Tratado de Methuen, o vinho do Porto, já bem conhecido e prestigiado em Inglaterra, consolidou e estabilizou a sua posição no mercado inglês onde, sem ser exclusivo, passou a ser dominante. Facto significativo. Em épocas de crise, a garantia de um mercado tem um valor inestimável, embora os beneficiados fossem só os vinicultores do Douro. Mas, reciprocamente, também é bem certo que a vantagem concedida aos tecidos ingleses, embora, nominalmente, dissesse respeito a todo o País, só podia ter significado económico pelo preço e condições de pagamento nas áreas próximas de Lisboa, pois os mercados regionais, com os processos de pagamento neles praticados, por meio de compensações locais de produção, tiravam aos tecidos ingleses uma parte sensível do mercado português. Na realidade o Tratado de Methuen, no que diz respeito à concorrência aos tecidos portugueses, só afectou os mercados lisboeta e portuense, aliás já muito «tocados» pela concorrência dos géneros de contrabando. Em Portugal, a situação verdadeiramente grave não provinha dos tecidos, ou da indústria, mas sim da agricultura que não estava em condições de enfrentar a concorrência da agricultura flamenga, francesa ou inglesa, muito mais produtiva. Nessas condições, a percentagem dos cereais portugueses no abastecimento dos

mercados citadinos — sobretudo os do Sul, Lisboa e Setúbal — reduziu-se consideravelmente: os fornecimentos chegados por mar e oriundos da Inglaterra e da Holanda eram mais baratos e garantidos do que a incerta e escassa produção nacional. Afinal, com os ingressos do ouro brasileiro, a grande prejudicada foi a agricultura portuguesa que, nestas condições, nunca conseguiu reconquistar o mercado lisboeta, dominado pela concorrência estrangeira, assim imbatível.

Toda esta situação pouco tinha, realmente, a ver com o estado de guerra, mas não seria enfrentada, nos seus aspectos possíveis, enquanto ela durasse. Por isso, a corrente de opinião contra a Guerra da Sucessão de Espanha, ou a favor da paz, tornava-se cada vez mais importante, para o que também contribuíam poderosamente os agravos da presença de tropas estrangeiras em Portugal. E embora se não desejasse que os sacrifícios feitos se perdessem com uma paz separada, o certo é que, ao verificarem-se sinais de paz, foram eles imediatamente apoiados pelos portugueses. Na verdade, a Grã-Bretanha a quem não interessava qualquer espécie de restauração do Império de Carlos V dispôs-se a negociar a paz, logo que Carlos III, o candidato ao trono de Espanha que até aí tinha apoiado, se tornou, em Abril de 1711, imperador da Áustria. Os esforços ingleses para a paz receberam a imediata anuência de Portugal.

Com efeito, a evolução militar da Guerra da Sucessão de Espanha tinha envolvido, na sua segunda fase, de 1705 a 1710, uma participação portuguesa mais activa, com campanhas militares levadas a efeito a partir do território nacional, e envolvera importantes efectivos portugueses, entregues ao comando do Marquês de Minas, pertencendo o comando geral a Galway. As maiores dificuldades dessas operações provieram da falta de cooperação eficaz entre os dois exércitos, nunca chegando a ter uma suficiente capacidade operacional conjunta. A combinação das forças era muito precária e por vezes nem sequer se chegava a um aproveitamento mínimo dos recursos comuns. Dessas circunstâncias, em grande parte, resultou a derrota de Almanza (1707). Os portugueses acabaram por ficar cientes do significado da estratégia geral da guerra e da inevitável secundaridade do teatro de operações do ocidente da Meseta, até porque o desenvolvimento das operações militares acabaria por ter reflexos no tráfego com o Brasil, como se verificou nas tentativas francesas de desembarque no Brasil, levadas a efeito por esta mesma altura. Assim, a retirada das forças inglesas da coligação, marcou também para Portugal a inevitabilidade das

negociações para a paz, qualquer que fosse o projecto da Áustria em prosseguir a guerra. Nesses termos, em fins de 1711 foram assinados os preliminares de Londres, entre delegados ingleses e franceses, seguindo-se a abertura do Congresso de Utrecht (29 de Janeiro de 1712). O armistício da França com a Grã-Bretanha tem a data de 17 de Julho; com Portugal foi assinado em 7 de Novembro do mesmo ano de 1712. Em 11 de Abril de 1713 foi assinado o Tratado de Utrecht e, um ano depois, o de Rastadt, assim se encerrando uma guerra que durou 14 anos. Pelas suas decisões foi aceite como rei de Espanha Filipe V, iniciador do ramo espanhol da casa de Bourbon, que assumiu o compromisso de uma definitiva renúncia ao trono de França. No mesmo sentido, a influência espanhola na Itália passava para a Casa de Áustria, enquanto a Prússia se aproximava politicamente do mundo ocidental, ao receber a região do Hélder nos Países Baixos. A França perdeu a influência sobre a Lorena, embora as suas principais perdas se verificassem em territórios ultramarinos, nomeadamente na América do Norte. Por sua vez Portugal recebeu os territórios que pretendia, nas áreas brasileiras do Amazonas, consagrando o seu domínio sobre as duas margens daquele rio.

Jorge Borges de Macedo

Professor catedrático da Universidade de Lisboa
e da Universidade Católica Portuguesa